

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
ANO 2015**

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

MEMBROS TITULARES

PRESIDENTE – Deputado Ricardo Vale
VICE-PRESIDENTE - Deputado Wellington Luiz
Deputado Agaciel Maia
Deputado Lira
Deputada Telma Rufino

MEMBROS SUPLENTES

Deputado Wasny de Roure
Deputado Cristiano Araújo
Deputado Raimundo Ribeiro
Deputado Rodrigo Delmasso
Deputada Liliane Roriz

SERVIDORES DA COMISSÃO

Hamilton Pereira da Silva – Secretário
Carlos Alberto Dias do Lago
Elisa de Souza Costa
José Humberto de Oliveira
Luiz Felipe Rezende Novais
Maria Aparecida Leite Siqueira
Narciza Anna Neta de Queiroz
Paulo Roberto Alves Gonzaga
Thiago Bazi Brandão
Viviane Abreu de Moraes

APRESENTAÇÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar é uma comissão técnica permanente, composta por cinco parlamentares, membros efetivos, e cinco suplentes.

Além de examinar matérias legislativas afetas à área de Direitos Humanos e Cidadania, elaborando pareceres e discutindo esses temas em reuniões e eventos, a CDDHCEDP mantém um serviço de atendimento ao público para o recebimento de denúncias de violações dos direitos humanos, buscando soluções imediatas para os casos mais graves e prementes e encaminhando todas as demandas às autoridades competentes.

Este atendimento, realizado pela assessoria da Comissão, não reproduz os conhecidos protocolos de assistencialismo, como também não pretende substituir os organismos estatais em seu papel legal e constitucional de oferecer proteção e de proceder à tutela dos direitos elementares. Portanto, o papel da Comissão é, primeiramente, o de exigir de quem de direito tais providências, estimulando a cidadania e a luta pela dignidade.

Paralelamente, a CDDHCEDP procura oferecer ao Poder Público alternativas concretas de políticas específicas, seja por meio da apresentação de projetos no próprio Legislativo, seja através da construção conjunta de medidas, a partir de reuniões e audiências públicas. No desenvolvimento de seu trabalho, a Comissão se movimenta na esfera pública, almejando a intensificação da luta pelos Direitos Humanos e a promoção dos valores que possam contrapor à "cultura" da violência, em todas as suas dimensões.

Cabe ainda à CDDHCEDP, a par de suas atribuições no campo da defesa dos direitos humanos e da cidadania, atuar internamente no processamento dos assuntos ligados a presumidas violações da ética e do decoro parlamentar, analisando e votando os pareceres da Corregedoria da CLDF, e, se for o caso, conduzindo o consequente procedimento disciplinar de apuração, para concluir com um parecer que deverá ser submetido ao Plenário da Câmara Legislativa, quando se tratar de perda do mandato pelo parlamentar.

1. Plano de Atividades da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar – CLDF

Abrimos as atividades da CDDHCEDP em 2015 aprovando na 1ª Reunião Ordinária o documento oferecido pelo Presidente da Comissão, Deputado Ricardo Vale, que fixa os parâmetros e define as prioridades de ação da Comissão para o período, nos termos abaixo:

Justificação

A agenda contemporânea de Defesa dos **Direitos Humanos** parte de dois documentos fundadores: A “**Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**” que herdamos da Revolução Francesa de 1789 e a “**Declaração Universal dos Direitos Humanos**”, redigida sobre os escombros deixados pela II Guerra e sob o terror da explosões de Hiroxima e Nagasaki, foi firmada pelos membros da ONU, no 10 de dezembro de 1948.

Ambas estão centradas na afirmação dos Direitos Políticos e Econômicos dos Cidadãos. O Direito à liberdade, à dignidade, à propriedade, à educação, à saúde, ao livre trânsito, à expressão do pensamento e à criação. Num país como o Brasil que mal se despediu de suas heranças escravocratas que se exprimem ainda hoje nas desigualdades sociais e altíssima concentração da renda e da riqueza, a agenda da Defesa dos **Direitos Humanos** chega tardiamente ao debate da sociedade e mais ainda quando se trata das medidas legais concretas para combatê-las.

A Ditadura empresarial-militar que se impôs ao país entre 1964 e 1985 bloqueou o debate em torno dos **Direitos Humanos** por duas décadas com graves prejuízos para a constituição de uma cultura de paz, tolerância e respeito às diferenças na sociedade. A sociedade brasileira ainda se debruça sobre o tema da violência social e política, da tortura como método para exercê-la, seja do ponto de vista do resgate da memória, seja do ponto de vista de sua vigência no aparato repressivo do Estado, no cotidiano das populações pobres do país. A sociedade brasileira, hoje, busca sintonizar-se com as agendas contemporâneas do mundo e têm se mobilizado

significativamente, na última década, em torno do combate à violência em todas as formas e pela afirmação dos "novos direitos".

O Poder Legislativo cumpre um papel relevante na consolidação desses "novos direitos". O primeiro deles é construir com a sociedade a consciência "*do direito a ter direitos*", passo inaugural da construção de uma atitude cidadã diante do poder do Estado. Ao incorporá-los à legislação, abrindo as portas para seu exercício e conversão em prática quotidiana, o Legislativo cumpre um papel indispensável na construção de uma sociedade civilizada. As **Comissões de Defesa dos Direitos Humanos** instituídas no período histórico mais recente, nos parlamentos brasileiros, respondem a uma exigência da sociedade para abordar temas complexos postos por uma realidade social desigual e injusta, que reclama do poder público a proteção de segmentos sociais vulneráveis. Instrumentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, a Lei Maria da Penha, por exemplo, são instrumentos do Direito Positivo para protegê-los e conferir a eles o olhar e a ação do Estado como mecanismos de garantia da Justiça Social ao tratar desigualmente os desiguais.

2. Áreas Prioritárias

Em razão da complexidade e amplitude de suas atribuições regimentais, essa Presidência propõe que se defina como prioritárias as seguintes áreas:

- Crianças e Adolescentes;
- Combate à pedofilia;
- Idosos;
- Pessoas com Deficiência;
- Sistema Prisional;
- Violência urbana: Mulher, Juventude, conflitos que envolvam a Polícia;
- Liberdade Sexual;
- Violência contra a mulher
- Discriminação Racial

3. Trabalhos Desenvolvidos

3.1 – Reuniões da Comissão

Foram realizadas reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias:

- 1ª Reunião Extraordinária – 03/03/2105
- 2ª Reunião Ordinária – 15/04/2015
- 2ª Reunião Extraordinária – 23/09/2015
- 3ª Reunião Extraordinária – 18/11/2015

3.2 – Documentos Expedidos

No exercício legislativo de 2015 foram produzidos e expedidos:

- 93 ofícios
- 128 memorandos
- 01 memorando circular

3.3 – Proposições legislativas, Requerimentos e Processos Apreciados

Foram apreciados pelo Plenário da Comissão:

- 28 Projetos de Lei;
- 136 indicações;
- 05 requerimentos.

3.4 – Demandas Recebidas

A CDDHCEDP recebeu, no ano de 2015, um total de 49 demandas, considerando denúncias e solicitações.

3.5 – Eventos Realizados

Ao longo do ano de 2015 a CDDHCEDP promoveu e/ou apoiou a realização de Audiências Públicas, debates e espaços de diálogo com entidades da sociedade civil:

- Audiência Pública para debater a prevenção e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Distrito Federal;

- Audiência Pública para debater a violência contra os Trabalhadores Rurais e o Direito à Terra;
- Audiência Pública para debater e encaminhar propostas ao Executivo com vistas a solucionar a situação dos militares excluídos das Corporações (Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Militar do Distrito Federal);
- Audiência Pública para debater os mecanismos legais para efetivar na prática os direitos das pessoas com deficiência;
- Ocupação pacífica do Plenário da CLDF convertida em Audiência Pública para ouvir os Professores da Rede Pública em greve;
- Ato Público, no Plenário da CLDF, de Constituição do Fórum de Defesa da Liberdade das Religiões de Matriz Africana e Ameríndia – FDL.
- Audiência Pública para debater a Política de Desocupação do Solo, do Governo do Distrito Federal, executada pela AGEFIS.

3.6 – *Diligências e Atividades Externas*

No cumprimento de suas atribuições regimentais, a CDDHCEDP, pela atuação do seu Presidente e Vice, dos demais membros efetivos, do Secretário e do seu corpo técnico, se deslocou para unidades do Sistema Prisional (Papuda, Papudinha e Colmeia); unidades do Sistema de Saúde (Hospital S. Vicente de Paulo, em Taguatinga, UPA da Ceilândia); unidades da Rede Escolar (CEM 404 Sta. Maria Sul, Grupo de EJA Centro de Ensino de Nova Colina (Sobradinho); viagem ao Peru do Dep. Ricardo Vale, como Presidente da CDDHCEDP apoiando a iniciativa do Dep. Wellington Luiz, Presidente da Frente Parlamentar de Apoio às Famílias de Pessoas Desaparecidas por iniciativa deste último, respondendo à demanda feita à Mesa da CLDF pela família do jovem Arthur Pascoali, com o objetivo de estimular as investigações naquele país para esclarecer as circunstâncias do seu desaparecimento.

Tais atividades atenderam ao objetivo de fiscalizar instalações, ouvir demandas dos cidadãos destinatários da ação do Poder Público de cada setor e, também para ouvir os Servidores Públicos que atuam

nessas áreas e encaminhar seus pleitos aos órgãos competentes. Há uma outra dimensão que não pode faltar nesse registro: a dimensão educativa permanente do trabalho da CDDHCEDP com vistas à formação de uma consciência social em torno da pauta dos **Direitos Humanos**. A atuação da CDDHCEDP na legislatura de 2015 pautou-se pela solidariedade, por razões de natureza humanitária, aos setores populares que foram alvo da ação repressiva do Estado, seja pela intervenção pública dos seus membros efetivos e do seu corpo técnico, seja pelo apoio e participação em eventos, mobilizações que abordaram a agenda da **Defesa dos Direitos Humanos** em suas diferentes faces.

- Marcha contra o abuso e exploração sexual (Da Escola Classe 215 – Sta. Maria Norte ao Centro de Ensino Especial – Sta. Maria Sul);
- Participação na Mesa da Sessão Solene em Homenagem ao “Grito da Terra Brasil”, no Senado Federal;
- Marcha das Margaridas;
- Visita às famílias despejadas na área do Sol Nascente (Ceilândia);
- Visita à ocupação do Hotel St. Peter promovida por famílias organizadas pelo MRP com o objetivo de restabelecer o diálogo entre os ocupantes e o GDF;
- Acompanhamento das reuniões do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos do Distrito Federal;
- Reunião e encaminhamentos dos pleitos de representantes da Associação Nacional de Etnias Ciganas;
- Acompanhamento e gestões em torno do incêndio do Terreiro de Mãe Baiana.

4. Conclusão

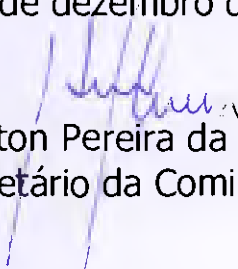
Ao fim do exercício legislativo de 2015 registramos um conjunto de iniciativas ao longo do ano, no âmbito da produção legislativa, no diálogo com os setores sociais organizados e com os cidadãos que demandam os serviços sob a responsabilidade do Estado. Recuperamos assim, a dinâmica de trabalho e o protagonismo da CDDHCEDP no que toca às suas atribuições regimentais. Com essas ações a Comissão contribuiu para ampliar o espaço de debate da **Agenda de Defesa dos Direitos Humanos**, em colaboração com

outras instâncias da Casa e mandatos de parlamentares que a incluem em sua ação cotidiana.

Projetou positivamente a Câmara Legislativa ao abordar desde diferentes pontos de vista e de diversos – e legítimos – interesses da sociedade, no espaço do Plenário e na ação pública, temas sensíveis, relativos aos grandes desafios contemporâneos, no âmbito do Distrito Federal, como a violência contra a mulher; a proteção da infância e adolescência contra práticas abusivas; a violência contra os trabalhadores rurais e urbanos; o direito de greve; o direito à moradia digna; a cobrança do efetivo exercício dos direitos assegurados por lei às pessoas com deficiência.

Se considerarmos os propósitos expressos no documento aprovado pelo plenário da CDDHCEDP, em 03 de março de 2015, é possível afirmar que cumprimos parte considerável do que ali está proposto. Cabe reorganizar as prioridades para 2016 com o objetivo de consolidar os objetivos alcançados e projetar de forma ampliada a **Agenda de Defesa dos Direitos Humanos** no Distrito Federal.

Brasília, 15 de dezembro de 2015



Hamilton Pereira da Silva
Secretário da Comissão